

SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA, CULTURAL E ÉTNICA NA GUINÉ-BISSAU E SUA IMPLICAÇÃO

SOCIOLINGUISTICS, CULTURAL AND ETHNIC SITUATION IN GUINEA- BISSAU AND ITS IMPLICATION

DJAU, Rachido
Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil
r.djau@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho visa relatar, demonstrar, analisar e compreender questões relacionadas com a situação sociolinguística, cultural e étnica presente na Guiné-Bissau e sua implicação na constituição da identidade do sujeito guineense. O pequeno país conta com mais de duas dezenas de grupos étnicos e são faladas cerca de 20 línguas étnicas tribais - realidade extremamente complexa, desencadeando problemas de ordens diversas para o país (em especial para o sujeito guineense e para política e planejamento pública educativa) desde período colonial, passando o momento pós-colonial e até os dias atuais. No período imediatamente pós-guerra de libertação nacional (que culminou com a independência do país face ao jugo colonial – 1973), a situação do país agravou-se mais devido à imposição da língua Portuguesa como oficial em detrimento do Crioulo (a mais falada) e das demais.

Palavras-chaves: sociolinguística; política linguística; preconceito linguístico; educação e identidade.

Abstract

This paper describes, demonstrate, analyze and understand issues related to sociolinguistics, cultural and ethnic situation present in Guinea-Bissau and its implication in the constitution of the identity of the Guinean people. The small country has more than two dozen ethnic groups and are spoken about 20 tribal ethnic language - extremely complex reality, triggering problems in various orders for the country (especially for Guinean people and publishes educational policy and planning) from colonial period, passing the post-colonial moment and until the present day. In the immediate post-war of national liberation (which culminated with the country's independence against the colonial yoke - 1973), the country's situation worsened further due to the imposition of Portuguese as the official language instead of Creole (the most widely spoken) and others.

Keywords: sociolinguistics; language policy; linguistic prejudice; education and identity.

INTRODUÇÃO

I. Diversidade Sociolinguística, Cultural E Étnica Da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental da África com área total de 36.125km² (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 28), e conta com uma população estimada “um milhões e quinhentos mil habitantes” (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 28). “O país foi colônia de Portugal desde século XV até proclamar unilateralmente a sua independência, em 24 de setembro de 1973, reconhecida internacionalmente, mas com exceção da metrópole lusitana. Tal reconhecimento por parte de Portugal só veio em 10 de setembro de 1974” (EMBALÓ, 2008, p. 101).

Tendo em conta a variedade e divergência étnica, linguística, social e cultural, o país apresenta realidade sociolinguística, cultural e étnica complexa e contraditório.

Após independência, por determinação do Estado, a língua portuguesa “falada por cerca de 10% da população guineense” (AUGEL, 1998, p. 69) configura-se como língua oficial, ensinada nas escolas e de prestígio; enquanto que o Crioulo e as línguas étnico-tribais “faladas por cerca de 90% da população” (AUGEL, 1998, p. 69) são consideradas línguas menos prestigiadas e sem “qualquer” representação oficial do Estado.

No período colonial, a Guiné-Bissau contava com diversidade sociolinguística, cultural e étnica bastante acentuada e complexa, gerando contradições internas que impossibilitaram em princípio a efetiva unidade nacional e a emancipação imediata da nação guineense sob o jugo colonial ou imperialista.

No entanto, logo após proclamação da independência, em decorrência do ressurgimento dessa diversidade e das contradições internas que o país apresentava, houve necessidade de estabelecer um projeto político com ênfase na autonomia soberana e

construção de um ideal nacional, porém a consolidação desse projeto se limitou no plano teórico justamente porque estavam em cena duas possibilidades centrais e antagônicas de linha política a ser implantada – incorporação ou imposição da língua do colonizador (língua portuguesa) como língua oficial e afirmação da identidade sociolinguística cultural e étnica da nação.

Com a determinação da língua portuguesa como língua oficial e de prestígio em detrimento do Crioulo e das línguas étnico-tribais, a situação do país se tornou ainda mais problemática e insolúvel evidenciado na proposta de avaliação do desempenho geral das escolas realizada durante mesa redonda em setembro de 1990 no INDE (Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação) que tinha como problema central – o uso ou não do Crioulo nas escolas, ou seja, as vantagens e as limitações da utilização do Crioulo como língua de ensino. Essa situação estende-se até os dias atuais, com debates ainda insolúveis para os atores sociais, políticos, principalmente para os linguistas.

Assim, percebe-se que a coexistência dessas línguas e a determinação do Estado sobre suas práticas interferem diretamente na construção da identidade do sujeito guineense, gerando interferências/impasses na construção das políticas e planejamento público para o desenvolvimento da educação e da Nação em geral. Essa situação se faz presente desde a luta de libertação nacional, passando pela independência do Estado-Nação até os dias atuais.

Portanto, vale salientar de que é imprescindível discorrer sobre os desafios resultantes dessa diversidade sociolinguística, cultural e étnica que o país enfrenta a fim de formular propostas para solucioná-los (encontrar resultados positivos em consonância com a realidade concreta dos guineenses) – fato determinante não só na promoção da cultura nacional em geral e da literatura em particular,

mas também para apaziguar as contradições encontradas nas políticas inerentes ao desenvolvimento da nação.

II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórico-metodológica deste trabalho baseia-se na gestão do plurilinguismo em *Sociolinguística – uma introdução crítica* do linguista Louis Jean Calvet (2002). Na sua abordagem, Calvet distingue duas formas de gestão de plurilinguismo: *in vivo* e *in vitro*.

A primeira forma caracteriza-se pela inexistência da intervenção do Estado, dos atores sociais e linguistas/técnicos especializados na resolução dos problemas de comunicação, isto é, o modo pelo qual os sujeitos ou os grupos falantes resolvem seus problemas linguísticos sem necessidade de recorrer a qualquer tipo de política e planejamento linguístico oficial do Estado no seu cotidiano; na segunda forma, a resolução dos problemas sociolinguísticos está atrelada à intervenção normativa e manipuladora direta ou indireta do Estado, dos atores sociais e dos linguistas na comunicação dos falantes.

A situação sociolinguística, cultural e étnica da Guiné-Bissau envolve pessoas e grupos falantes divergentes entre si que buscam afirmação de suas identidades particulares e ao mesmo tempo se encontram engajados numa mesma luta – a da unificação em prol da identidade nacional. Desse modo, em decorrência da luta de libertação nacional sob o jugo colonial (1963-1974) e com objetivo da formação do Estado-Nação independente, a questão da identidade nacional se sobrepõe às identidades particulares. A problemática dicotômica entre o particular e a unidade do Estado nacional ficou assim amenizada, como salienta (SANTOS, 1989, p.195, apud COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 38): “A formação da nação a partir de uma população étnica, cultural

e socialmente heterogênea, passa pela substituição de laços de solidariedade de grupo por laços de solidariedade nacionais”. (SANTOS, 1989, p.195).

Nessa perspectiva, o crioulo da Guiné-Bissau (desde seu estágio inicial - Pidgin) representa importância crucial na prática social, cultural e étnica dos guineenses, visto que ele é a língua veicular ou franca (falada por cerca de 90% da população guineense) que serve como elemento congregante da diversidade linguística e étnica nacional, fazendo do país uma comunidade de fala. É através dele que os diferentes grupos étnicos que compõem a população guineense se comunicam. “O Crioulo tornou-se um elemento de unidade, portador da mensagem política do PAIGC (partido da independência da Guiné e Cabo Verde) e, mais tarde, o detentor sociolinguístico do conceito da independência” (LOPES, 1987, p. 230-231).

O Crioulo é meio de comunicação que permite não só aproximação entre grupos étnicos, mas também desencadeia unificação de esforços indispensáveis à eficiência do programa nacional, economizando assim os problemas da comunicação sem necessidade da intervenção normativa do Estado.

Os cerca de trinta povos da Guiné começaram a sentir-se um só povo que, por exigência de luta unitária, escolheu uma língua, o Criol, a língua que nasceu com a colonização, mas que se transformou em ‘língua de libertação’ (BICARI, 1981, p. 5).

No período imediatamente pós-independência, na tentativa de abrir horizonte comunicacional mais amplo e aproximar a língua dos guineenses com o universo científico, tomando em conta a participação do país no cenário internacional (facilidade de sua relação com o mundo exterior), os dirigentes políticos (principalmente o líder do movimento de libertação, “pai” da nação Guiné-Bissau, Amílcar Cabral) não só decidiram abertamente pela adoção/imposição do Português como língua oficial da Guiné-Bissau, mas também

advogaram (sem qualquer fundamento linguístico) que o Crioulo serve apenas como ponte ou meio para se aprender língua portuguesa e não poderia expressar os saberes cientificamente construídos.

Dessa forma, as línguas étnico-tribais foram deixadas para terceiro plano. “O português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram” (CABRAL, 1990, p. 59) e “muitos camaradas, com sentido oportunista, querem ir para frente com Crioulo. Nós vamos fazer isso, mas depois de estudarmos bem. Agora a nossa língua para escrever é o português” (CABRAL, 1990, p. 61). Com isso, a língua portuguesa passou a ser ensinada nas escolas, usada nas instituições públicas do Estado e nos fóruns internacionais.

Desse modo, o Crioulo e as línguas étnico-tribais passaram a ser estigmatizadas (definidas pelo colonizador como dialetos pobres, insignificantes), “banidas” em certas ocasiões nos espaços administrativos e classificadas como línguas menos prestigiadas, colocando em xeque a (re) afirmação da identidade, do sentimento nacionalista do sujeito guineense, como afirma Coracini (2003, p. 153), “inscrever-se numa segunda língua é *re-significar*”, conseqüentemente contribuindo para reprodução da lógica/ideologia colonial e o agravamento do problema sociolinguístico, cultural e étnico no país. “Em síntese, quer se trata de Crioulo nativizado, quer se trate de Crioulo aportuguesado, a única solução para Guiné-Bissau *qua* nação e comunidade de fala homogênea é o Crioulo. Qualquer outra solução seria contraproducente.” (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 232). Fato também observado por Paulo Freire durante sua visita ao país.

No trabalho em conjunto com atores políticos no processo de reconstrução nacional, o autor comenta:

Na verdade, o processo de libertação de um povo não se dá, em termos profundos e autênticos, se esse povo não reconquista sua palavra, o direito de

dizê-la, de “pronunciar” e de “nomear” o mundo. Dizer a palavra enquanto ter voz na transformação e recriação de sua sociedade: dizer a palavra enquanto libertar consigo sua língua da supremacia da língua dominante do colonizador (FREIRE, 1977, p. 145)

Apesar dessa imposição (uso do português como língua oficial e ainda com maior prestígio em detrimento dos demais), o Crioulo e as línguas étnicas continuam sendo as línguas que expressam melhor a realidade concreta, sociolinguística, histórica, étnica e cultural da nação e dos guineenses.

Desse modo, a língua portuguesa representa assim algo sinônimo à “língua estrangeira”, - segunda língua -, (até a terceira e/ou quarta língua na maioria dos casos para os guineenses) devido ao seu distanciamento com realidade do sujeito guineense e do país. Esse distanciamento pode ser observado com maior evidência no processo de ensino/aprendizagem.

O sistema educativo da Guiné-Bissau (desde a primeira à 11ª classe) caracteriza-se pela transplantação ou reprodução da lógica colonial – antidemocrática, cartesiana, restritiva, linear, monista, excludente, normativa, reduzida à prática mecânica da escrita e leitura (sem senso crítico), descontextualizada, e principalmente “[...] pela negação de tudo o que fosse representação mais autêntica da forma de ser dos nacionais: sua história, sua cultura, sua língua” (FREIRE, 1977, p. 21). Assim, fica evidente a dissociação entre língua e cultura – típico da *abordagem tradicional* que opera com linguagem puramente formal (sem expressividade à vida humana e social). “O normativismo é, como procuramos demonstrar neste texto, uma atitude excludente, por operar com uma concepção maniqueísta e pétrea da língua” (FARACO, 1997, p. 59). E mais ainda, “Quem acredita nos direitos humanos procura transformar a possibilidade teórica em realidade, empenhando-se em fazer coincidir uma com outra” (CANDIDO, 1995, p. 12).

A obra intitulada *Discurso na vida e*

discurso na arte de Bakhtin/Volochinov (com reflexão filosófica antiformalista) possui uma definição relevante dentro do percurso teórico deste trabalho. Nela, discute-se a questão da palavra, dos enunciados, da linguagem e, com maior ênfase nos fatores extralinguísticos inerentes a eles. Assim, conforme o autor:

Todas as palavras e outras similares, qualquer que seja critério que as rege (ético, cognitivo, político ou outro) levam em considerações muito mais do que aquilo que está incluído dentro dos fatores estritamente verbais (linguísticos) do enunciado. Juntamente com os verbais, elas também abrangem a situações extraverbais. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1926, p. 4-5).

Nessa perspectiva, as palavras/enunciados estão carregadas de significações ideológicas, de valores culturais, sociais e históricas.

Portanto, em vez da *abordagem tradicional/estrutural* (vigente na Guiné até os dias atuais) que não leva “[...] em conta a noção de sujeito em nenhuma instância, o que pressupõe um sujeito passivo, vazio, recipiente que precisa ser preenchido pelo conhecimento transmitido pelo professor” (CORACINI, 2003, p. 140), é imprescindível dar ênfase na *abordagem comunicativa* (fundamentada no princípio pragmático-funcional) no processo de ensino/aprendizagem que enfatiza contextualização dos discursos, comunicação nas mais diversas situações (não de causa e efeito, típico da lógica binária e ou da polarização diglósica), questões da sociolinguística e ou da variação linguística “por estes envolverem complexas questões identitárias e de valores socioculturais que os falantes parecem se mostrarem mais sensíveis, externando, muitas vezes, atitudes e juízos de alta virulência” (FARACO, 2008, p. 165), das reflexões calcadas no paradigma intercultural (promovendo diferença/alteridade presente nos comportamentos sociolinguísticos) e das propostas do letramento crítico (exploração de

leitura alternativa).

Essas e outras abordagens não expostas aqui possibilitam conceber o processo de ensino/aprendizagem da língua (estrangeira ou não) como possibilidades de interpretações, de negociações, de construções e reconstruções de sentidos diversos.

Desse modo, a língua deixa de ser concebida como código neutro ou ideológico, mas sim como discurso. Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin salienta: “[o] sentido da palavra é totalmente determinado pelo seu contexto. De fato há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2010, p. 106)

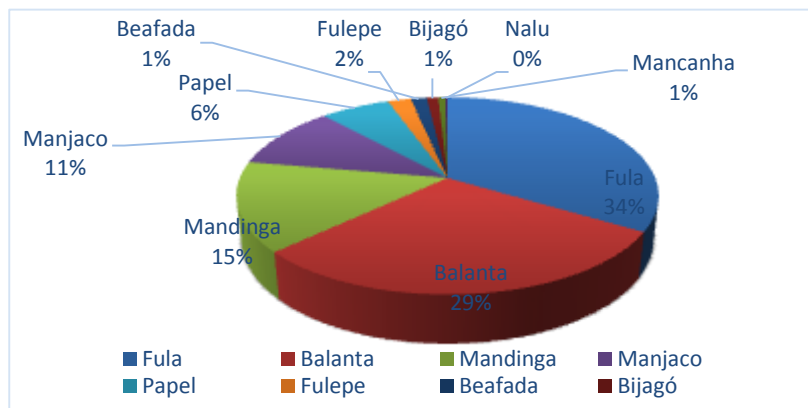
III. Configuração Sociolinguística da Guiné-Bissau

Como exposto atrás, no pequeno território, existem mais de duas dezenas de grupos étnicos (EMBALÓ, 2008, P. 101) e são faladas cerca de 20 línguas tribais ou étnicas (COUTO e EMBALÓ, 2010, P. 28), algumas delas são de famílias diferentes, outras poderiam ser classificadas como variedades linguísticas ou “dialetos” de uma mesma língua (por apresentarem algumas semelhanças fonológicas). Além disso, com a modernidade e/ou globalização, os países africanos passaram a se inter-relacionar, permitindo assim a fusão de tradições culturais. Dessa forma, as línguas (francês, inglês e árabe) se fazem presentes na Guiné devido às intensas relações que mantem com os vizinhos circundantes. Estas línguas (acima mencionadas) coabitam com Crioulo, português (língua) e suas variedades (Crioulo aportuguesado, Crioulo tradicional/baseletal, Crioulo nativizado, português acrioulado e português lusitano), isto é, elas convivem simultaneamente e oscilando uma com outra no cotidiano dos guineenses.

Dessa forma, segundo os dados estatísticos da década 70, o gráfico¹ da realidade

sociolinguística das principais línguas étnicas da Guiné-Bissau apresenta o seguinte:

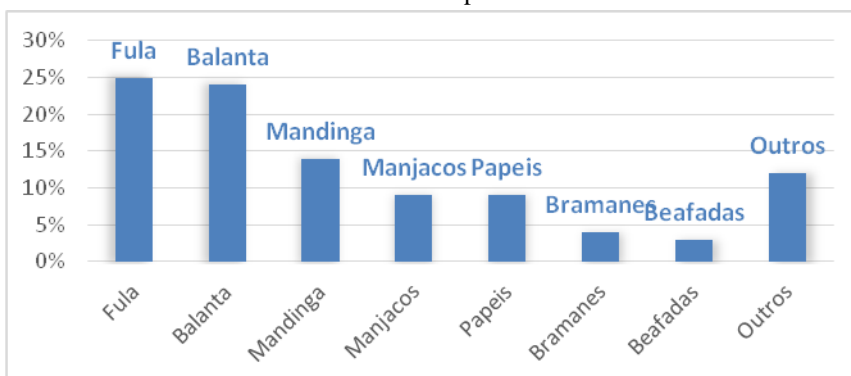
Gráfico 1: Revela % das línguas étnicas do país.



Fonte: Honório & Embaló (2010). Elaborado pelos autores.

Já em 1991, com base em seguinte gráfico²:
recenciamento, o país apresenta o

Gráfico 2: Recenciamento dos Grupos étnicos em 1991.



Fonte: Honório & Embaló (2010). Elaborado e modificado pelos autores.

Por outro lado, em 2002, segundo os dados³ coletados por etnólogos Gordon, Raymond, G., Jr, a situação para uma população estimada de 1. 200.000 habitantes seriam:

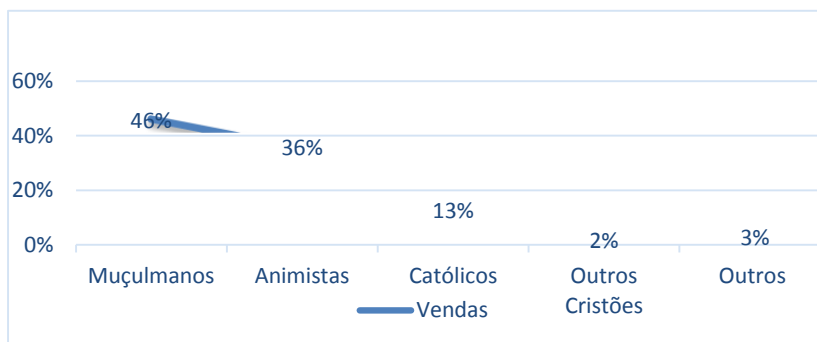
Quadro 1: Revela % e número dos falantes dos grupos étnicos na Guiné-Bissau em 2002

Grupos étnicos	%	N. /Falantes
Fula	20,4%	245 130
Balanta	30,5%	367 000
Mandinga	12,9%	154 200
Manjaco	14,1%	170 230
Papeis	10,4%	125 550
Felupe	1,8%	22 000
Beafada	3,4%	41 420
Bijagó	2,3%	27 575
Mancanha	3,4%	40 855
Nalu	0,6%	850

Fonte: Raymond, G. (2005). Modificado pelos autores.

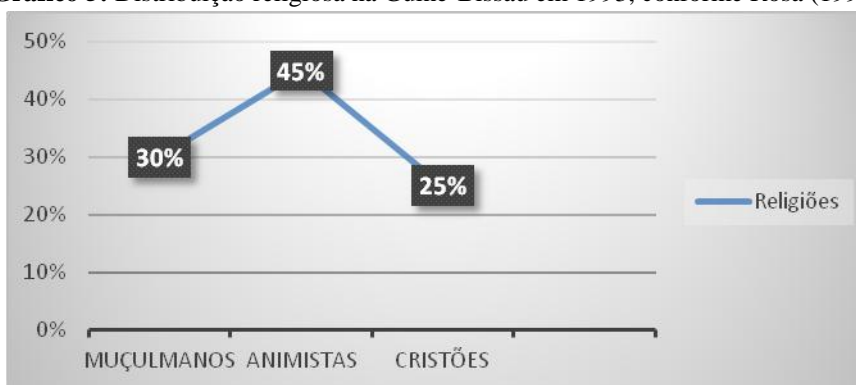
Assim, quanto sua distribuição religiosa, o país apresenta os seguintes gráficos^{4, 5}:

Gráfico 4: Distribuição religiosa na Guiné-Bissau em 1993, segundo Onofre (1993)



Fonte: Onofre (1993). Elaborado pelos autores.

Gráfico 5: Distribuição religiosa na Guiné-Bissau em 1993, conforme Rosa (1993)



Fonte: Onofre, Rosa (1993), modificado e elaborado pelos autores.

Portanto, os quadros acima revelam a diversidade sociolinguística, cultural e étnica que o país apresenta (antes da sua independência até momentos após sua conquista) apesar dos dados serem divergentes. Pois, os dados variam de acordo com as mudanças ocorridas no espaço e no tempo,

considerando que a cultura pode ser concebida como uma teia complexa e dinâmica de significados e não simplesmente uma substancia de x e y . Nos termos de Laraia, “qualquer sistema cultural está num contínuo processo de modificação” (LARAIA, 2008, p.96).

* Os impasses e sucessivos conflitos políticos e militares que o país enfrenta impossibilita a atualização dos dados. ¹ e ² COUTO, Hildo Honório e EMBALÓ, Filomena. **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau**. Revista brasileira de Estudos Crioulos e Similares, N° 20, 2010, p.28-29 (Brasília). ³ Gordon, Raymond, G., Jr. (ed), 2005. **Etnologue: Languages of the World**, fifteenth edition. Dallas, tex. SIL International. Apud COUTO, Hildo Honório e EMBALÓ, Filomena. **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau**. Revista brasileira de Estudos Crioulos e Similares, N° 20, 2010, p.28-29 (Brasília). Online version: <http://www.etnologue.com/>.

^{4,5} Onofre dos santos, **um sorriso para a democracia da Guiné-Bissau**, Lisboa: PAC, 1996. & ROSA (1993), **A literatura na Guiné-Bissau. Suplemento de Lusorama**. Apud COUTO, Hildo Honório e EMBALÓ, Filomena. **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau**. Revista brasileira de Estudos Crioulos e Similares, N° 20, 2010, p.28-29 (Brasília).

IV. Conflitos decorrentes dessa Coexistência

Como referencial teórico para análise de conflitos em sociedades, a categoria de análise *conflito* em Simmel (1983) possui importância significativa dentro do percurso desta discussão. Na sua abordagem, Simmel distingue duas formas de conflito: intragrupal e intergrupar. Na primeira, o autor percebe que o conflito entre os grupos será mais intenso quando as partes integrantes tiveram algo em comum e forem próximas umas das outras. Já na segunda forma, o conflito intergrupar, os laços e a coesão no interior do grupo são reforçados quando estes confrontam com uma ameaça vindas do exterior, procurando assim manter a sua integridade e identidade (Simmel, 1983).

Nessa perspectiva, a realidade sociolinguística e cultural do país envolve grupos étnicos divergentes entre si, onde cada um com suas línguas, políticas, tradição, costumes, valorização, identidade, constituindo assim fator central da dificuldade para uma união efetiva em prol de um ideal nacional. “Aliás essa diversidade étnica faz com que a preocupação com a unidade nacional fosse uma constante” (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 47).

Assim, as oposições entre os grupos étnicos se apresentam de forma expressiva e acentuada não apenas em questões linguísticas, mas principalmente nos costumes e ou tradições baseadas em princípios religiosos, passando pelas questões políticas, colocando obstáculos nos domínios sociais ou na representação social (pensamento pelo qual o sujeito relaciona-se com um objeto, uma pessoa, uma coisa, um evento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, imaginário ou mítico, uma ideia, uma teoria, etc.) dos guineenses. “O contato entre línguas não produz apenas interferências, alternâncias e estratégias. Ele gera sobretudo um problema de comunicação social” (CALVET, 2002, p. 51).

Na obra intitulada “*Identidade, Etnia e*

Estrutura social”, Oliveira (1976) discute a questão da identidade contrastiva e enfatiza como um grupo se define diante dos outros. Assim, conforme o autor:

A identidade contrastiva parece se constituir na essência da identidade étnica, i. e., à base da qual esta se define. Implica a afirmação do *nós* diante dos *outros*. Quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou um grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente. No caso da identidade étnica ela se afirma “negando” a outra identidade, “etnocentricamente” por ela visualizada (OLIVEIRA, 1976, p. 5).

A tentativa de se inserir nos cargos de maior representatividade na esfera estatal do país e a concentração do poder nas mãos de um determinado grupo étnico condicionaram as causas imediatas da Guerra Civil de 1998 e está ocasionou um processo intenso de ingerências dos grupos étnicos nas instituições políticas e militar nos anos subsequentes até hoje.

V. Prestígio de uma Língua em detrimento das demais

O prestígio de uma língua em detrimento das outras numa comunidade linguística, em especial nos países africanos deu-se exclusivamente por um processo histórico, político, principalmente pela colonização. Segundo Couto e Embaló (2010),

Historicamente, durante colonização, os portugueses ocupavam apenas alguns centros urbanos do país, como Bissau, Cachéu, Bolama, Farim, Bafatá, Gabú, etc. O sertão estava inteiramente intacto; nele só se encontravam as etnias africanas em estado “puro”. Nem o crioulo e nem o português haviam chegado até lá (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 37).

Assim, durante a luta de libertação nacional, os independentistas mobilizaram forças e, decidiram por viés da língua, como forma estratégica, disseminar o Crioulo para o

interior do país, como afirmam Couto e Embaló (2010),

Os principais responsáveis pelo início da disseminação do crioulo pelo interior do país foram os independentistas liderados pelo Amílcar Cabral, i. e., assim, os independentistas verificaram que o crioulo era única opção linguística para parar as arestas das diferenças étnicas. Por isso não titubearam em usá-lo como meio básico de comunicação veicular (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 37-38).

O território da atual Guiné-Bissau estava ocupado pelos portugueses. A ação colonial lusitano ao longo do século XIX, na década de setenta, fez com que os guineenses assimilassem parcialmente a realidade cultural da metrópole. Já no século XX, houve uma efetiva ocupação e exploração. Assim, a língua, portuguesa tornou-se elemento fundamental do colonizador para fazer face ao colonizado, isto é, sob a forma de dominação, o colonizador tenta impor sua língua e costumes sobre o colonizado. “Por isso é que uma das primeiras providências que o colonizador faz é tentar impor sua linguagem sobre o colonizado” (FREIRE, 1977, p. 20). Português, crioulo e as línguas étnico-tribais passaram a conviver no mesmo território.

Nessa perspectiva, o problema da língua passou a ser preocupação central, fundamental para os independentistas.

Após a luta de libertação, como exposto atrás, o artífice da independência da república da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, na tentativa de prever os problemas linguísticos, advogou (sem qualquer fundamento linguístico) abertamente pela implementação do português como língua oficial. Desconsiderando, por assim dizer, “Toda a história do país, todo o seu acervo cultural que se tem registrado esta nessa língua” (COUTO e EMBALÓ, 2010, p.49)

A língua portuguesa passou a ser língua “oficial”, ensinada nas escolas, faladas nos meios de comunicação de massa, nas instituições ou nos aparelhos administrativos do estado, determinando assim o seu prestígio em

detrimento das demais, pois estas consideradas línguas não codificadas, não possuem escrita regulamentada, não são alfabetizadas, por conseguinte não são língua de ensino e nem permitem estabelecer relação com a comunidade internacional.

VI. Relação entre o Português e o Crioulo dos Guineenses

Em qualquer comunidade de fala, a interação entre falantes sempre se dá de algum modo. No caso da Guiné-Bissau, apesar das interferências decorrentes das relações entre as línguas ali presentes e divergência linguística dos três estágios de variedade de crioulo (aportuguesado, tradicional, nativizado), português e as línguas étnico-tribais que compõem a realidade do pequeno território da república da Guiné-Bissau, a interação entre os grupos falantes ocorre por conta da relação histórica entre crioulo e o português (crioulo baseada em português) e as semelhanças fonológicas entre algumas línguas étnico-tribais.

Segundo Gunter (1973), Ferraz (1974, 1979) e outros crioulistas, o contato linguístico no processo do povoamento da ilha São Tomé teve como consequência o aparecimento, em primeiro lugar de um pidgin, e depois, de uma única língua crioula de base lexical portuguesa que mais tarde deu quatro crioulos distintos.

Assim, segundo Couto e Embaló (2010) o crioulo aportuguesado contém muitos empréstimos lexicais do português e, às vezes até as expressões inteiras nessas línguas (COUTO e EMBALÓ, 2010, p.35). Dessa forma, a comunicação entre dois falantes (do português e do crioulo) torna-se parcialmente ou relativamente compreensiva, permitindo compreender a relação entre as duas línguas.

O crioulo torna-se ainda cada vez mais aportuguesado tendo em vista a crescente índice de alfabetização do sujeito guineense, isto é, quanto maior for o grau da alfabetização/escolaridade do sujeito guineense

maior será o seu contato com a língua portuguesa, já que esta é a língua do ensino. Assim, a escola constitui o ambiente fundamental para disseminação da língua portuguesa. Bortoni e Ricardo salientam de que “As pessoas agem conforme, em grande medida, o seu contexto social, ou seja, conforme o meio em que vive e as interações que estabelece com outras pessoas e, isso, obviamente influencia nos usos da língua” (BORTONI e RICARDO, 2004, p. 48).

Dessa forma, a língua portuguesa também tende a propagar-se cada vez mais junto com o crioulo, estabelecendo assim relação direta entre ambas. Apesar da existência de outras possibilidades de comunicação entre os guineenses baseados nas relações ou não entre as línguas étnico-tribais, o Crioulo e o português oscilam entre si política e socialmente, quase que simultaneamente, justamente por interinfluência entre ambas. Conforme Couto e Embaló (2010)

Em primeiro lugar, se déssemos preeminência ao crioulo aportuguesado, a descrição ficaria muito sobrecarregada por ser ele um crioulo muito parecido com o português. Com efeito, as fronteiras entre ele e o português não são delimitadas, trata-se de um *continuum*. Sobretudo no nível lexical e às vezes até no nível morfológico, teríamos quase que o próprio português (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 43).

E mais ainda, “a opinião mais generalizada é de que o crioulo, numa perfeita continuidade, se assemelhará cada vez mais à língua portuguesa, e dentro de poucos anos o crioulo atual morrerá” (SCANTAMBURLO, 1981, p. 15 apud COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 56).

VII. Posicionamento do Sujeito Guineense diante dessa Situação Sociolinguístico

O pequeno país da Guiné-Bissau se caracteriza por comunidade de fala constituída por redes de comunicação, passando por idioleto

ou outras formas idiossincrática, por perspectiva micro e macrosociolinguística.

Desse modo, sujeito guineense está exposto a esta contraditória e complexa redes de comunicação desde o seu nascimento, refletindo assim no seu desenvolvimento psicossocial, cultural e linguístico, fragmentando assim sua identidade.

Na Guiné-Bissau, a comunicação entre os grupos falantes se dá e ocorre através da relação entre essas línguas e a forma pelo qual o sujeito guineense manipula essa situação, adaptando-se constantemente de acordo o contexto em que se encontra.

Para Du Bois (1985) qualquer teoria que vise a uma abordagem adequada dos fenômenos referentes ao discurso e à gramática terá de reconhecer a influência de processos, ou forças, internas e externas de competição pela configuração do sistema linguístico. De acordo com esse autor, a língua deve ser vista como um sistema adaptativo, parcialmente autônomo, por isso sistêmico, e parcialmente sujeito a pressões externas, por isso adaptativo (DU BOIS, 1985, p. 344).

Assim, o sujeito guineense faz o uso de Crioulo com maior frequência quase em todos ambientes porque ele é a língua veicular falada pela maioria da população guineense. Ele não apenas circula ativamente nos domínios sociais familiares ou no dia-a-dia, mas também exerce papel fundamental como ponte para concretização plena do aprendizado dos educandos nas escolas, isto é, apesar da língua portuguesa ser a língua do ensino, faz-se necessário o uso de crioulo para sua compreensão e aproximação com a realidade concreta do sujeito guineense. Segundo Couto e Embaló (2010),

Apesar de oficialmente proibido, os professores têm que fazer uso dele nos primeiros anos, oralmente, porque se falam em português não são entendidos pelas crianças. Nesse caso como poderiam alfabetizar? Na verdade nos primeiros anos os professores dão aulas em crioulo para alfabetizar em português. (COUTO, EMBALÓ, 2010,

p. 41).

Já nas línguas étnico-tribais, a situação ocorre de forma diferente, visto que o uso destas línguas se restringe a comunicação com falantes da mesma etnia, se mantendo com evidencia no seio familiar, já que estas são as primeiras línguas ao lado do crioulo com que o guineense mantém contato desde tenra idade. Assim, o sujeito guineense utiliza-as geralmente como forma de preservar sua identidade étnico-tribal, sendo repassadas pelos mais velhos / anciões de geração a geração, fortalecendo assim suas raízes.

A inserção do português na fala dos guineenses se dá de forma geral quando estes ingressam no ambiente escolar e iniciam alfabetização nesta língua. Por questões políticas o seu uso é obrigatório nas escolas desde ensino básico até o curso superior.

Dessa forma, os guineenses apropriam do seu uso para se inserirem nos ambientes ditos formais, nos cargos políticos e nas instituições do estado em geral, determinando o seu “*status*” /prestígio em relação às demais, desencadeando preconceito linguístico e discriminação contra os analfabetos e aqueles que não a dominam. Por outro lado, como forma de adesão ao contexto internacional, o seu uso é indispensável para o sujeito guineense.

A globalização/modernidade pressupõe a interculturalidade. Marshall Berman, parafraseando Karl Marx em *tudo o que solido desmancha no ar*, salienta:

“A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana” (BERMAN, 1986, p.15)

Assim, vale salientar de que a presença dos estrangeiros oriundos de diversos países que praticam missões humanitárias no país e o fluxo migratório decorrente das relações comerciais que o país mantém com os vizinhos arabófonos,

anglófonos e francófonos, pressupondo que a língua francesa, inglesa e árabe fazem presentes e oscilam ao lado das demais línguas que compõem a realidade sociolinguística dos guineenses. Desse modo, o guineense também faz uso destas línguas não apenas para estabelecer comunicação com estrangeiros presentes no país, mas também se incorporam estas línguas a fim de aumentar o seu “*status*” e expandir o seu horizonte comunicacional com o resto do mundo.

VIII. Momentos em que ocorre eficiência comunicativa ou não entre os Guineenses

A complexidade sociolinguística que o país apresenta faz do guineense um sujeito não apenas poliglota, mas também um sujeito que vive em constantes desafios decorrentes da diversidade sociolinguística, étnica e cultural que o cerca.

Assim, ser poliglota constitui um dos requisitos básicos para os guineenses face aos desafios presente na sua realidade, isto é, o seu dia-a-dia requer muito mais do que o simples uso do crioulo, ele faz o uso de várias línguas incluindo o português (em situações formais já mencionadas). Em casa, geralmente, a comunicação passa pela utilização do crioulo e das línguas étnico-tribais. Na escola, crioulo e o português oscilam, e nas ruas ou no cotidiano, o guineense faz o uso de sua competência linguística em geral (crioulo, as línguas étnico-tribais, incluindo português, francês e inglês em casos isolados) como forma de estabelecer relação social e comunicação nas mais diversas situações.

Dessa forma, quanto mais capital cultural⁵, social e linguístico o sujeito guineense possuir, maior será seu campo de atuação no “mercado linguístico⁶”. Dessa forma, a competência linguística do sujeito guineense determina a eficiência comunicativa e permite que o falante comunique-se com maior facilidade com pessoas falantes de outras

línguas, conseqüentemente favorece a ampliação do seu aparato linguístico.

Nessa perspectiva, o sujeito guineense demonstra facilidade de se adaptar em contextos diferentes.

Por outro lado, a eficácia comunicativa fica comprometida quando o leque linguístico dos guineenses está limitado por apenas uma ou duas línguas, impossibilitando sua comunicação nas mais diversas situações. Exemplo evidente deste tipo de situação se faz presente nos anciões/velhos que não são alfabetizados em língua portuguesa, nem são falantes do crioulo e dominam apenas as línguas étnico-tribais, acabam sendo excluídos nos ambientes formais que exigem o domínio da língua portuguesa (e o crioulo como segunda possibilidade de comunicação), sendo necessário a presença de um mediador para interagirem nesses espaços.

A falta de eficácia/eficiência comunicativa também é percebida quando o guineense, confrontado com problemas sociolinguístico que o cerca, tenta fazer o uso de uma em lugar de outra, gerando hipercorreção e interferência (fonética, lexical e, por vezes, até sintática) na sua fala.

Portanto, fazer o uso apenas de uma ou duas línguas (crioulo, português, língua étnico-tribal, francês ou inglês) compromete (por vezes impossibilita) a comunicação em outros contextos. Assim, é imprescindível o guineense ampliar o seu aparato linguístico a fim de poder interagir nas mais diversas situações e em outros domínios sociais.

IX. Problemas no processo de ensino/aprendizagem atrelados a diversidade sociolinguística, cultural e étnico presente na Guiné-Bissau

Os problemas inerentes à diversidade

sociolinguística, cultural e étnico presente no país não restringem apenas no dia-a-dia dos guineenses, mas também ela perpassa em todos os domínios sociais (em casa, na escola, no cotidiano, nas instituições políticas do estado, etc.). Este problema apresenta-se com maior evidência e de maneira acentuada no processo de ensino/aprendizagem.

Nas escolas, universidades e em outras instituições afins, o crioulo e as línguas étnico-tribais não têm “importância significativa” sob o ponto de vista da ideologia política estatal, mas o seu uso exerce importância comunicacional como forma de mediação entre os guineenses e as línguas ali presentes (portuguesa, étnico-tribais, francês, inglês e árabe).

A imposição da língua portuguesa no país decorrente do processo colonial complicou mais ainda o quadro sociolinguístico da Guiné e o processo de ensino/aprendizagem ficou assim descontextualizado com a realidade concreta dos educandos em favor da lógica colonial. Dessa forma, os guineenses oscilam entre dois universos culturais distintos – o que gera constante construção e reconstrução ou arranjos e rearranjos, deslocando sua identidade. Nesse sentido, a transição entre duas culturas condiciona a “perda da identidade” dos guineenses decorrente do conflito e choque cultural.

[...] choque entre a língua da maioria das crianças e o modelo artificial de língua cultuado pela educação de linguística tradicional; choque entre a fala do professor e a norma escolar; entre a norma escolar e a norma real; entre a fala do professor e a fala dos alunos (FARACO, 1997, p.37).

⁵ BOURDIEU, P. *What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups.* *Berkeley Journal of Sociology*, n. 32, p. 1-49, 1987. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/215/1/OlintoSilvaINFORMAREv1n2.pdf>

⁶ BOURDIEU, Pierre. *L'économie des échanges linguistiques.* *Langue Française*, e, 34, maio 1977. Traduzido por Paula Montero. 1998.

Assim, é plausível dizer que o processo do ensino/aprendizagem se dá com dificuldades, visto que a implementação da língua portuguesa na escola não reflete a prática social dos guineenses. Durante sua presença no país em questão, Paulo Freire, comenta que “a língua portuguesa não tem nada a ver com a prática social. Na sua experiência cotidiana, não há um só momento sequer, em que a língua portuguesa se faça necessária” (FREIRE, 1977, p. 25).

O processo de ensino/aprendizagem no país caracteriza-se por prática mecânica onde o aprendizado ocorre basicamente por viés da decoreba e sem senso crítico e nem reflexões da realidade concreta dos educandos.

A obra *Conceito de educação* de Álvaro Pinto Tavares (1994) discute definição da educação e sua característica. Na sua abordagem, o autor menciona diferentes características da educação. Na perspectiva histórica e antropológica, Pinto concebe educação como um fenômeno cultural.

Não somente os conhecimentos, experiências, usos, crenças, valores, etc. a transmitir ao indivíduo, mas também os métodos utilizados pela totalidade social para exercer sua ação educativa são parte do fundo cultural da comunidade e dependem do grau do seu desenvolvimento (PINTO, 1994, p. 31).

X. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é imprescindível discorrer sobre desafios resultantes da política públicas pedagógicas vigentes no país a fim de formular propostas para solucioná-los, promovendo assim a inclusão e participação de todos e diminuindo os preconceitos presentes de forma implícita/explicita nas relações sociais – pressupondo que é pertinente discutir a situação sociolinguística, cultural e étnica da Guiné-Bissau, devido a sua complexidade e a esfera em que suas implicações atingem, passando desde a constituição da identidade do sujeito guineense, interferindo no seu cotidiano, nas

suas relações interpessoais, no seu desenvolvimento psicossocial, educacional, etc., porque o sujeito guineense esta constantemente se construindo e reconstruindo perante os desafios (sociolinguístico, cultural e étnico) que o circundam.

Por decisão meramente política de estabelecer a língua portuguesa como língua oficial do país, a sua situação agravou-se mais, desencadeando conflitos, preconceitos linguístico, criando hierarquia de *status* (fixação de lugares hierárquicos definidos nas relações sociais), excluindo os que não são alfabetizados em língua portuguesa, não a dominam, e principalmente apagando as diferenças e ou diversidades (sociolinguística, cultural e étnica) presentes no país.

Desse modo, vale salientar que língua e cultura são indissociáveis e o processo de ensino/aprendizagem requer muito mais da abordagem meramente tradicional vigente no país, pois é um processo que está diretamente relacionado à identidade cultural do sujeito/educando ou sua realidade concreta.

A proposta de ensino/aprendizagem relativo a problema sociolinguístico, cultural e étnico que o país apresenta não leva em conta a abordagem comunicativa e os princípios da lógica intercultural – fundamental para compreensão do “outro” na sua integra (e não a relação *eu versus outro* fundante nas narrativas que não admitem um terceiro elemento, mas sim excluem toda a possibilidade que não seja a dual). Assim, as relações passam a ser rotuladas, verticalizadas, polarizadas e, em última instancia, a língua passa a ser concebida como um código neutro ou ideológico, e não como discurso.

REFERÊNCIAS

AUGEL, P. Moema. **O crioulo guineense e a oratura**. Scripta, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 69-91, 2º sem. 2006. Disponível em <http://www.didinho.org/O%20crioulo%20guineense%20e%20a%20oratura.pdf>. Acessado em 21 de junho de 2013.

v. 2, n. 12, p. 111-124, jul./dez. 2015
ISSN 2175-1846

- BAKHTIN, M./VOLOSHINOV, V.N. **Discurso na vida e discurso na arte: sobre poética sociológica**. (Trad. de C.A.Faraco; C. Tezza), circulação restrita, 1926.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14ª Ed, Editora Hucitec, São Paulo, 2010.
- BICARI, Lino. **A questão do caboverdiano na Guiné-Bissau**. BNô Pintcha 31-10-81/Arcília Barreto In: Voz di povo. –Ano VI N° 283 (1981). Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Catalog.aspx?q=TI%20a%20questao%20do%20cabo-verdiano%20na%20guine-Bissau>. Acesso em: 21 de julho de 2013.
- BORTONI-RICARDO, Stella M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **L'économie des échanges linguistiques**. Langue Français e, 34, maio 1977. Traduzido por Paula Montero.1998.
- BOURDIEU, Pierre. **What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups**. Berkeley Journal of Sociology, n. 32, p. 1-49, 1987.
- CABRAL, Amílcar. **A questão da língua**. Papia 1. 1976. Disponível em: <http://abecs.net/ojs/index.php/papia/article/viewfile/188/300>. Acesso em: 21 de junho de 2013.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. (Trad. Marcos Marcionílio). São Paulo: Parábola Editorial, 2002 [1993].
- CANDIDO, Antônio. **“Direito à literatura”** (in Vários Escritos). 3ª edição, São Paulo, Duas Cidades, 1995.
- CORACINI, Maria J.R. Faria. **Língua estrangeira e língua materna: Uma questão de sujeito e identidade**. Campinas: Ed. da UNICAMP, Chapecó: Argos, 2003.
- COUTO, Hildo Honório e EMBALÓ, Filomena. **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau**. Revista brasileira de Estudos Crioulos e Similares, N° 20, 2010 (Brasília).
- DU BOIS, J. W. **Competing motivations**. In: HAIMAN,
- J (ed). **Iconicity in syntax**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985.
- FARACO, Carlos A. **Linguagem, escola e modernidade**. São Paulo: Cortez; Curitiba: Ed. UFPR, 1997.
- FARACO, Carlos A. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Cartas a Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- EMBALÓ, Filomena. **O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e fator da identidade Nacional**. Papia 18, 2008, p. 101-107. Disponível em: <http://abecs.net/ojs/index.php/papia/article/viewFile/62/56>. Acessado em 21 de junho de 2013.
- LARAIA, Roque de B. **Cultura: Um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 22ª Ed, 2008.
- LOPES, Carlos. **A transição histórica na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1987
- PINTO, Álvaro Vieira. **Conceito de educação; Forma e conteúdo da educação e as concepções ingênua e crítica da educação**. In: Sete lições sobre educação de adultos/ Álvaro Vieira Pinto, São Paulo: Cortez, 1994.
- WEGLARZ, Barbara, H. **A origem dos crioulos de base lexical portuguesa no golfo da Guiné**. Romanica Cracoviensa, vol, 11, pp. 177-185. Kroków, 2012. Disponível em <http://www.wuj.pl/UserFiles/File/Romanica%20Cracovie nsia%202011/23-Hlibowicka-RC-2011.pd>.

Artigo submetido em: 09.01.2014

Artigo aprovado para publicação em: 14.03.2016